

Guillermo Bonfil Batalla e o Movimento Indígena Latino-Americano (1935-1991)

Penso que um projeto democrático para a América Latina consiste, fundamentalmente, em um novo modelo de relações entre os povos que compõem nossos países. E, quando falo de povos, quero enfatizar que não estou me referindo a estado-nações. Estou falando de povos históricos, povos únicos, porque resultado de uma única história.

Guillermo Bonfil Batalla, “Diversidad y democracia: un futuro necesario”, apresentado no Seminário Internacional *Ameríndia até o Terceiro Milênio*, San Cristóbal de las Casas, Chiapas, México, 14-16 de junho de 1991.

Em 19 de julho de 1991, Guillermo Bonfil Batalla morreu em um acidente automobilístico na Cidade do México. Talvez mais do que qualquer outra pessoa de sua geração, este antropólogo mexicano, de 56 anos, foi o maior defensor e cronista dos movimentos indígenas emergentes na América Latina. Bonfil Batalla desempenhou um grande papel na famosa Declaração de Barbados, de 1971 – documento esboçado por um grupo de antropólogos latino-americanos que redefiniu inteiramente a natureza e as dimensões do, muitas vezes mal deno-

minado, “problema indígena” na América Latina. Foi também uma figura-chave na segunda reunião do grupo de Barbados, que contou com a participação de diversas lideranças indígenas e resultou na publicação do *Indianidad y Decolonización en America Latina* (Nueva Imagen, 1979). Juntamente com o líder xavante Mario Juruna, ele co-presidiu o quarto Tribunal Russell sobre os Direitos dos Índios das Américas, realizado em Amsterdã, em novembro de 1980. Um ano mais tarde, publicou *Utopía y revolución: el pensamiento político contemporáneo de los indios en America Latina* (Nueva Imagen, 1981), um livro que deu voz a toda uma nova geração de líderes e organizações indígenas na América do Sul e Central.

Em seu próprio país, México, Bonfil Batalla foi tanto um crítico das políticas indigenistas oficiais como também o principal proponente de uma nova concepção do lugar do índio na sociedade mexicana. Em 1970, publicou, juntamente com alguns colegas, um livro polêmico intitulado *De Eso que Llamam Antropología Mexicana* (Nuevo Tiempo, 1970), que atacava frontalmente as tendências conservadoras e colonialistas presentes na política indigenista mexicana. Entre 1972 e 1976, dirigiu o Instituto Nacional de Antropología e História (INAH), no qual promoveu a descentralização regional da instituição para que esta pudesse atender melhor aos interesses dos 56 grupos indígenas do país. Em 1981, também fundou e dirigiu o Museu de Culturas Populares, uma instituição que, por meio da promoção da cultura indígena e de outras formas de expressão cultural popular, contrabalançou o monumental, mas conservador, Musel Nacional de Antropología.

Ao longo desse período, Bonfil Batalla defendeu o direito dos povos indígenas mexicanos de se organizarem enquanto entidades política e culturalmente autônomas, dentro de territórios bem definidos. Também desafiou a opinião pública mexicana a reconhecer a natureza multiétnica e pluricultural da sociedade em que vivia. Em seu livro *México profundo: una civilización negada* (Secretaría de Educación Pública, 1987), ele fez uma defesa apaixonada de um projeto cultural nacional, basea-

do na relevância e na presença contemporâneas das populações indígenas do México. Bonfil Batalla contrapôs o que chamou de culturas "profundas" dos índios, com suas heranças milenares, à cultura "imaginária" da elite do país e das classes médias urbanas ascendentes.

A visão de Bonfil Batalla da vitalidade e significação cultural das populações indígenas mexicanas foi incorporada na recente revisão do Artigo 4 da Constituição Federal, em que, pela primeira vez, se reconhece o caráter multiétnico e pluricultural da nação mexicana. Apenas um mês antes de sua morte, numa conferência de intelectuais e líderes indígenas do continente latino-americano em San Cristóbal de las Casas, ele estendeu essa visão para todo o continente, argumentando que a emergência de governos democráticos na América Latina seria julgada pelas suas capacidades em reconhecer a grande diversidade dos povos indígenas sobreviventes e suas culturas.

Alguns questionaram a validade dessa concepção, em vista das grandes forças da aculturação (educação formal, penetração da comunicação de massa, migração e urbanização) que afetam quase todos os povos indígenas do continente. Bonfil Batalla reconheceu essas forças, mas também salientou as tendências contrárias que indicam uma presença contínua e permanente dos povos indígenas no México e por todas as Américas.

Apesar de seu ceticismo frente aos critérios etnocêntricos usados nos censos nacionais, ele observou que o número absoluto da população que falava línguas indígenas e que se identificava com culturas indígenas havia crescido no curso deste século. Em *Utopía y revolución*, ele listou 409 grupos indígenas na América Latina em uma população estimada em 30 milhões de pessoas. Estimativas atuais colocam o tamanho da população indígena de toda a América em 40 milhões de pessoas; uma cifra igual ou talvez maior que aquela do período da invasão européia.

Tendências demográficas similares existem no México, que possui a maior população indígena das Américas. Enquanto o tamanho da população indígena mexicana sofreu uma redução de 9% a 17% com

relação à população nacional, entre 1900 e 1980, o número absoluto de falantes de línguas nativas aumentou de 2 para 8 milhões de pessoas. Nahuatl, a língua falada pelos antigos aztecas, é ainda usada por 1 milhão e 400 mil pessoas; e ela, juntamente com quatro outras línguas – maya, zapoteco, mixteco e otomi-, representa mais de 63% do total de falantes de línguas indígenas no México.

Em alguns estados mexicanos, como Yucatán, Quintana Roo, Oaxaca, Chiapas, Hidalgo, Campeche, Puebla, Veracruz e Guerrero, os falantes de línguas nativas formam uma parte significativa da população rural. Se a atual tendência demográfica continuar, o processo de diminuição da população indígena em relação à população nacional será invertido no ano 2010.

Bonfil Batalla enfatizou também o fato de que muitos índios que vivem no mundo urbano e outros que estão inseridos na estrutura profissional de nossa sociedade (professores, advogados, médicos, agrônomos) estão buscando suas raízes indígenas como fonte de inspiração ideológica e cultural. De fato, um dos maiores argumentos de *Utopía y revolución* é o de que as cosmovisões indígenas e suas visões da história estavam fornecendo as bases filosóficas e políticas para uma nova geração de lideranças indígenas. Muitos desses índios educados formaram os alicerces das novas organizações indígenas na América Latina, tais como o Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC), na Colômbia, o Movimiento Tuapj Katari, na Bolívia, e a Alianza Nacional de Profesionales Indígenas Bilingues (Anpibac), no México. Ainda que essa tendência tenha sido mais clara nos países andinos e no México, ela também enraizou-se na Guatemala, em outras partes da América Central e na região amazônica. Isso foi demonstrado pela emergência e pela consolidação de organizações indígenas importantes, tais como a Federación Shuar, no Equador, e o Consejo Aguaruana y Huambisa, no Peru.

Bonfil Batalla não via contradição entre esses movimentos étnicos e as demandas de uma sociedade industrial moderna. Numa entrevista dada a um jornalista mexicano em janeiro de 1990, ele disse: “Não há

uma razão necessária para que os mayas não possam continuar sendo mayas no contexto de uma sociedade industrial. Os ingleses eram ingleses antes da Revolução Industrial e continuaram sendo depois dela. A mesma coisa poderia acontecer com os povos indígenas do México”.

Entretanto, havia três elementos que Bonfil Batalla entendia como necessários para garantir um lugar digno e permanente para os índios numa sociedade verdadeiramente multiétnica e pluricultural. O primeiro deles é a necessidade de os governos reconhecerem as dimensões territoriais das sociedades indígenas e proverem uma estrutura legal para a proteção e defesa de seus recursos e terras tradicionais. O segundo elemento é o reconhecimento dos costumes e organizações sociais indígenas como a base de um governo interno dessas comunidades. E o terceiro é a necessidade de reconhecimento da validade científica dos conhecimentos indígenas, especialmente no que se refere à medicina tradicional, agronomia e uso da terra.

Bonfil Batalla sabia que a perpetuação de estruturas e atitudes coloniais tornava difícil para os países latino-americanos aceitar essas premissas, que apontavam para uma genuína participação dos povos indígenas nas sociedades nacionais modernas. Ainda assim, ao longo de sua vida e em quase toda a sua obra, defendeu essa forma radical de multiculturalismo como uma “alternativa” futura para os países latino-americanos. Algumas vezes, esta defesa levou outros – tanto na esquerda quanto na direita – a acusá-lo de um pensamento “utópico”. Mas, como os novos líderes indígenas descritos em *Utopía y revolución*, Bonfil Batalla jamais temeu tais acusações. “Eu acredito”, disse ele no seminário em San Cristóbal de las Casas, em junho de 1991, “que quanto mais honestamente lidarmos com as culturas indígenas, um dos mais importantes resultados será uma nova capacidade de imaginar nossa utopia necessária. Se não tivermos tais utopias, se não tivermos a capacidade de imaginar um futuro melhor de acordo com nossa realidade, então seremos forçados a nos render à perda de nosso futuro, daquilo que nele nos pertence, e aceitar um futuro que nos será imposto.”

Quarenta dias após sua morte, um grupo de amigos e colegas organizou um evento em sua memória, desejando-lhe boa sorte em sua jornada final. A despedida realizou-se no centro cultural do Instituto Nacional de Antropologia e História, nos arredores da Cidade do México, em Culhuacán, e contou com diversas horas de dança e oração feitas por um grupo de dançarinos mexicanos tradicionais (*concheros*) das cidades de Tepetlixla e Amecameca. Em 1965, Bonfil Batalla e um grupo de jovens antropólogos realizaram um documentário cinematográfico sobre estas danças, chamadas “El es Dios”. Por toda a noite, até a manhã do dia seguinte, os *concheros* dançaram e rezaram em ordem, como explicou um observador, “para iluminar o caminho” para a alma do antropólogo morto.

Enquanto isso, na praça em frente ao centro cultural, um imenso altar de flores multicoloridas na forma de uma cruz foi levantado. Bem cedo pela manhã, cada amigo de Guillermo passou pelo altar e acendeu velas. *Taquila*, do estado de Jalisco, e *posh*, de Chiapas – bebidas tradicionais do México rural –, foram servidas, e houve discursos e histórias sobre Guillermo e sua vida. Então, prosseguiu-se com mais música, executada por bandas tradicionais das cidades de Yatzachi el Bajo, Yalalag e Mixe e por um grupo chamado “Recuerdos de Mexico”. Finalmente, foi servida uma refeição tradicional de *tamales*, pães doces e chá de ervas. O evento terminou ao meio-dia – uma despedida verdadeiramente apropriada para um homem que lutou incansavelmente pelos direitos dos povos indígenas das Américas e que acreditava profundamente na sua relevância cultural para um México moderno e para o mundo.

Shelton H. Davis
Antropólogo do World Bank – Washington

Tradução: *Marcos Pereira Rufino*
Revisão Técnica: *Paula Montero*

Recebido para publicação em janeiro de 1992.